

# ANÁLISE REGULATÓRIA EXCELÊNCIA ENERGÉTICA

## LEILÃO A-5 2011

### OU NÃO SERIA MELHOR LEILÃO A-4/2011?

Nesta terça-feira, 20 de dezembro de 2011, será realizado leilão para compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração hidrelétrica, eólica e termelétrica a biomassa, com início do suprimento previsto para 1º de janeiro de 2016. A fonte hídrica celebrará contratos na modalidade “por quantidade de energia” com prazo de duração de 30 anos, enquanto que as fontes eólica e termelétrica celebrarão contratos “por disponibilidade”, com duração de 20 anos.

Os vencedores das usinas hidrelétricas ainda receberão a outorga de concessão de uso do bem público destinada à produção independente de energia. A intenção original da EPE era cadastrar dez projetos que totalizariam 2.160 MW, entretanto, devido a restrições ambientais, os projetos hidrelétricos Riacho Seco (276MW) e Uruçuí (134MW) sequer constaram do Edital do leilão. A lista dos projetos cadastrados e seus respectivos preços-tetos são apresentados a seguir.

Empreendimento	Potência MW	Preço-teto R\$/MWh
UHE São Manoel	700	105,0
UHE Sinop	400	126,0
UHE Ribeiro Gonçalves	113	105,0
UHE São Roque	135	123,0
UHE Cachoeira Caldeirão	219	101,0
Complexo Parnaíba (UHE Estreito Parnaíba + UHE Cachoeira + UHE Castelhana)	56+63+64 = 183	101,0
<b>Total</b>	<b>1.750</b>	

No fim, embora a EPE tenha postergado a data de entrega da licença prévia para até 9 de dezembro, os projetos de São Manoel, Sinop, Ribeiro Gonçalves e Cachoeira do Caldeirão não lograram êxito na obtenção da mesma e, portanto, foram inabilitados. Assim, a oferta hidrelétrica, para um leilão originalmente estruturado para esta fonte, será de somente 318 megawatts, por meio do Complexo Baixo Parnaíba, formado pelas usinas de Estreito Parnaíba (PI/MA-56 MW), Cachoeira (PI/MA-63 MW) e Castelhanos (PI/MA-64 MW), cujas concessões serão leiloadas em um único lote, e do projeto da hidrelétrica de São Roque (SC-135 MW).

Cumpra deixar registrado o alerta de que, em um leilão que na prática trata-se de um A-4, no qual o prazo de assinatura dos contratos de comercialização no ambiente de contratação regulada é estimado para setembro de 2012, projetos de maior porte, tais como da UHE São Manoel e Sinop, se tivessem sido habilitados, poderiam ter grandes dificuldades em entrar em operação comercial plena até 01 de janeiro de 2016. Assim, teria sido mais útil que o Tribunal de Contas da União tivesse se preocupado com que o cronograma fosse compatível com o porte das usinas, uma vez que esses riscos são precificados pelos empreendedores e repassados ao consumidor final, do que, ainda sem entender a lógica de um leilão descendente — pela qual quanto maior o preço-teto maior a concorrência e conseqüentemente menor o preço final — ter sugerido a redução do preço-teto da UHE São Manoel de R\$105,37/ MWh para R\$ 101,24/MWh; da UHE São Roque de R\$ 126,39/MWh para R\$ 122,93/MWh e da UHE Ribeiro Gonçalves de R\$ 86,14/MWh para R\$ 84,76/MWh.

# ANÁLISE REGULATÓRIA EXCELÊNCIA ENERGÉTICA

Uma vez que o leilão só foi possível de ser realizado em dezembro, uma solução seria a de manutenção do tratamento estabelecido nos §§ 5º e 6º do art. 19 do Decreto 5.163/2004, que permitiu aos projetos estruturantes de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio a entrada escalonada de suas máquinas.

Finalizando a análise da fonte hídrica, outro ponto interessante do certame é que as hidrelétricas de Sinop e São Roque apresentam preços de referência superiores ao preço-teto de comercialização do contrato por quantidade, estipulado em R\$ 112/MWh.

Outra grande frustração de oferta vem da fonte termelétrica a gás-natural, com restrição de tecnologia em ciclo combinado e com CVU máximo reduzido para R\$ 100/MWh (no leilão A-3 de agosto o CVU máximo foi de R\$ 150/MWh). Originalmente haviam sido cadastrados 34 projetos que totalizariam 12.865 megawatts. Entretanto, o cenário de sobra de gás alardeada em agosto mudou rápida e radicalmente, tendo a Petrobrás notificado que para o Leilão A-5 de dezembro não há mais gás natural disponível; em poucos meses o cenário de excedentes em 2014 transformou-se em déficit para 2016. Assim, a principal fonte vendedora nos dois leilões de agosto (Reserva e A-3), com 866 MWm comercializados no total de 2.004 MWm (832 MWm de eólica e 306 MWm a partir das demais fontes), não teve um projeto sequer habilitado para 20 de dezembro.

Fechando a oferta total habilitada de 6.286 MW, há 205 projetos eólicos (5.149 megawatts), 13 biomassas (602 MW), oito pequenas centrais hidrelétricas (147 MW) e a chamada pública da ampliação da UHE Santo Antônio do Jari (70 MW).

Já a oferta firme não é de conhecimento público, pois desde 2008 a EPE não divulga quais empreendedores depositaram garantia de participação, mas algumas baixas importantes de empreendedores eólicos já têm sido noticiadas pela imprensa, o que, em um primeiro momento, poderia colocar em alerta o suprimento de energia para 2016. Entretanto, a baixa taxa de crescimento do consumo de energia elétrica, de 3,8% no acumulado do ano, bem inferior a média de 5,3% a.a. desde 2005, e as constantes reduções nas previsões de crescimento da economia, indicam excedente de oferta.

Ademais, pela própria sistemática do leilão, mais preocupante que o atendimento da demanda solicitada pelas distribuidoras é o deságio frente ao preço-teto, tanto que é previsto o uso de um multiplicador (divisor) da demanda a ser contratada. Trata-se de um número inferior à unidade, que é multiplicado pela demanda real das distribuidoras em leilões em que há frustração de oferta, de forma a reduzir a quantidade contratada no certame. Por exemplo, em uma situação hipotética em que a necessidade real de demanda pelas distribuidoras para atender seu mercado cativo for 2.000 MWm e a oferta total for de 1.700 MWm, esse multiplicador seria acionado, e assim, a única certeza que se tem é que seriam contratados menos de 1.700 MWm de forma a garantir a competição no leilão, mesmo que isso possa significar demanda insuficiente para atendimento ao consumidor.

Com relação à dinâmica do leilão, será iniciado com a licitação das outorgas de uso do bem público do complexo Baixo Parnaíba e da hidrelétrica de São Roque. Um por vez, os empreendedores

# ANÁLISE REGULATÓRIA EXCELÊNCIA ENERGÉTICA

habilitados fazem uma oferta única fechada por projeto/complexo, sendo que se a diferença entre o menor lance o segundo menor lance for maior que 5% encerra-se o leilão de outorga. Caso contrário, é aberto leilão “viva-voz” (na verdade, contínuo eletrônico) até a definição do empreendedor ou consórcio que ganhará o direito de participar do leilão de comercialização propriamente dito.

Assim, passada esta primeira fase, será dado início ao leilão de compra de energia, no qual os projetos hidrelétricos se juntam às demais fontes na disputa pelos contratos de quantidade e disponibilidade. Nas duas modalidades, o leilão tem duas fases, uma primeira contínua de relógio descendente, no qual os projetos mais competitivos são classificados para uma fase de lance único e final, o que tem favorecido a modicidade tarifária.

Por fim, pela análise de oferta, mais uma vez caberá à fonte eólica o papel principal no leilão, cuja sistemática que garante a competição, deverá levar a preços médios de comercialização próximos aos dos leilões de agosto último.

Dezembro de 2011

**Excelência Energética** · Érico Henrique Garcia de Brito · Erik Eduardo Rego · Hirdan Katarina de Medeiros Costa · José Said de Brito · Josué Faria de Arruda Ferreira · Liana Coutinho Forster · Maria Clara Zeferino · Marivia de Aguiar Nunes · Rita Nanini Soares · Selma Akemi Kawana · Victor Fontenele Tâmega

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. REPRODUÇÃO PARCIAL PERMITIDA DESDE QUE CITADA A FONTE. PROIBIDA CÓPIA TOTAL E REPRODUÇÃO COMERCIAL SEM AUTORIZAÇÃO.